



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

O PAPEL DOS COLETIVOS SOCIAIS EM TEMPO DE DEGRADAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UM DIÁLOGO COM O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Joao Gabriel Fernandes Manzi¹
Elizabeth Regina Negri Barbosa²
Eliane Vecchi Pereira³

Resumo: O presente estudo visa analisar o papel dos coletivos sociais, enquanto novas formas de organização da classe trabalhadora em um cenário de retiradas de direitos sociais e deterioração das suas políticas públicas e sua relação com o exercício profissional do Serviço Social e seu projeto ético política. A pesquisa foi realizada com base em uma pesquisa qualitativa exploratória com análise documental e bibliográfica, método hipotético-dedutivo por meio de uma revisão sistemática da literatura. O trabalho está dividido em três pontos: primeiramente será examinada a conjuntura contemporânea do capitalismo; posteriormente, foram analisados os impactos da reestruturação produtiva; em seguida se discutiu o papel dos coletivos sociais nesta conjuntura e sua relação com o Serviço Social. Conclui-se que os coletivos exercem um papel importante para a resistência e enfrentamento à agudização da questão social e que é de suma importância à categoria de Assistentes Sociais se articularam com estas instâncias, assim como as demandas apresentadas pela população usuária de seus serviços, porém é preciso ter uma leitura crítica desses atores coletivos a fim de convergir com os princípios éticos políticos da profissão.

Palavras-chave: Coletivos sociais; Questão social; Serviço social; Projeto ético político.

Abstract: The present study aims at analyzing the role of social collectives as new forms of organizing the working class in a scenario of withdrawal of social rights and deterioration of their public policies and its relation to the professional practice of Social Service and its political ethical project. The research was carried out based on a qualitative exploratory research with documental and bibliographic analysis, hypothetical-deductive method through a systematic review of the literature. The work is divided into three points: first, the contemporary conjuncture of capitalism will be examined; subsequently, the impacts of productive restructuring were analyzed; then discussed the role of social collectives in this conjuncture and its relationship with Social Service. It is concluded that the groups play an important role for the resistance and facing the aggravation of the social question and that it is of paramount importance the category of Social Assistants have articulated with these instances, as well as the demands presented by the user population of its services, however it is necessary to have a critical reading of these collective actors in order to converge with the ethical political principles of the profession.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Ribeirão Preto, E-mail: joao.gabriel.manzi@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Ribeirão Preto, E-mail: joao.gabriel.manzi@hotmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade de Ribeirão Preto, E-mail: joao.gabriel.manzi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No âmbito desse campo de pesquisas do Serviço Social, têm sido escassas as análises e desdobramentos que acometem os chamados coletivos sociais, tidos como formas de mobilização da sociedade civil nos espaços acadêmicos e que se configuram enquanto modalidade de ativismo social multiforme na contemporaneidade, levando, ainda, mais precisamente para o âmbito do Serviço Social, essa discussão não preenche as fileiras de pesquisas e articulações da base profissional, o que torna urgente na conjuntura atual discutir essas formas de mobilização como formas de resistência aos interesses da classe trabalhadora e das populações que utilizam as políticas sociais.

O presente ensaio objetiva analisar o papel dos coletivos sociais, do interior de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, em tempos de crise financeira do capitalismo e a reestruturação produtiva que impacta na reformulação das políticas sociais públicas sobre a perspectiva teórica e metodológica do projeto ético político da profissão de Assistentes Sociais no Brasil. Para este propósito o estudo focou em examinar a conjuntura contemporânea da crise do capitalismo, investigar os impactos da reestruturação produtiva nas políticas sociais públicas e discutir o papel dos coletivos sociais nessa conjuntura e sua relação com o Serviço Social.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa exploratória com análise documental e bibliográfica, método hipotético-dedutivo.

Para o percurso metodológico deste estudo, foram feitas buscas em artigos científicos que tratam do fenômeno e seus resultados foram sistematizados utilizando a técnica de revisão sistemática da literatura. A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que parte de fonte de dados disponíveis na literatura, mediante a aplicação de critérios específicos. Tal técnica é útil para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente. (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Logo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que organiza os resultados derivados de outros estudos. Essa é uma técnica qualitativa na medida em que analisa com profundidade os resultados alcançados, revelando seus aspectos implícitos. Com isso, objetiva-se a reunião de referenciais de estudo que possam esclarecer como essas mobilizações surgem, se estruturam e em quais temáticas mais tem atuado nos últimos anos, contribuindo enquanto ponto de partida para futuras pesquisas empíricas que tenham como foco essa modalidade de luta ainda pouco explorada no âmbito acadêmico, mais especificamente, no Serviço Social. O trabalho está dividido em três pontos. Primeiramente, será examinada a conjuntura contemporânea do capitalismo, seus traços centrais que estimulam a formação desses movimentos sociais. Posteriormente,

serão analisados os impactos da reestruturação produtiva nas políticas sociais públicas. Em seguida, se discutirá o papel dos coletivos sociais nesta conjuntura e sua relação com o Serviço Social, onde são detalhados os procedimentos metodológicos seguidos na pesquisa, além dos resultados da investigação.

A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA DA CRISE DO CAPITALISMO, INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS

O desenvolvimento capitalista brasileiro foi conduzido de forma elitista e antipopular, marcado por conciliações e negociações entre as classes dominantes, que, estrategicamente, antecipavam as reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes levando suas pautas e reivindicações para o âmbito parlamentar, ou ainda, dependendo da conjuntura, recorriam à repressão e controle estatal. Para a classe dominante, busca-se apaziguar as tensões da classe trabalhadora e evitar grandes conflitos populares em direção a uma contestação da ordem vigente. Prova disso é que "todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução *pelo alto*" (COUNTINHO, p. 106-107). Entende-se por solução pelo alto" o fato de historicamente os rumos dos processos políticos no país serem resultado da conciliação entre as frações das classes economicamente dominantes, em vez de serem resultado de movimentos verdadeiramente populares, o que não significa ausência de reivindicações, protestos e lutas das forças democráticas.

No plano analítico do capitalismo contemporâneo, forja-se o conjunto de ferramentas que deve apontar para a crise não como fenômeno passageiro, seja política, juridicamente ou economicamente solucionável, tampouco, como espaço de benefícios a partir de novos rearranjos do sistema de produção capitalista. O capitalismo pós-fordista, neoliberal, da crise da acumulação, não poderá se reformar com os meios que o solidificaram, historicamente, a própria expansão da mercadoria no plano global (MASCARO, 2018, p. 46-69.).

No que tange ao espaço para uma política revolucionária, o ponto alto de tais percepções é a impossibilidade de qualquer superação capitalista a partir dos termos e das formas sociais já enraizadas.

Giovanni Alves, já na década de 1990, ao analisar as transformações produtivas que atingiu o mundo do trabalho moderno, emergiria um trabalho caracterizado pela precariedade de condições e inseguranças, além da crescente

massa de trabalhadores desempregados. Ricardo Antunes aponta também em sua obra a crise da sociedade do trabalho abstrato. Tais análises nos levaram a considerar, a partir do final do século XX e início do século XXI, além da apreensão da subjetividade do trabalhador, também a proliferação de trabalhos precários e a difusão do desemprego em escala global.

O presente retrocesso político-institucional ocorre no lastro da crise financeira desencadeada na Europa em 2007. Impulsionada pela falência do Banco Lehman em 2008, espalha-se na zona do euro e no circuito mundial. Na atualidade, como nos indica (CHESNAIS apud IAMAMOTO, 2017) o *substrato da crise* reside na *superacumulação de capacidades de produção especialmente elevadas e na superprodução*, acompanhadas de uma *acumulação de capital fictício sem precedentes*. De acordo com Marilda Iamamoto (2017), a crise se sustenta na *superexploração dos trabalhadores e na face desumana das guerras* impulsionadas pelos núcleos de poder mundial. Reativa-se a intolerância política e religiosa, os xenofobismos, os deslocamentos forçados de massas de população em busca de um lugar para sobreviver assim como a resistência aos imigrantes e aos refugiados políticos.

As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um *projeto de classe* destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos (IAMAMOTO, 2017). Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas, o que se refrata no cotidiano de contingentes majoritários das classes subalternas.

Este contexto exigiu por parte do Estado, balizado por princípios neoliberais, resposta de sucateamento, terceirizações e privatizações das políticas públicas sociais, a fim de ofertar maiores condições para a instalação de uma política econômica genuinamente neoliberal. Porém, o que iria se vislumbrar na trajetória histórica no âmbito brasileiro, seria uma política econômica conciliatória entre os interesses dos detentores de capital e da classe trabalhadora, principalmente até a metade da segunda década dos anos dois mil.

No início deste milênio, o capitalismo apresentou um momento de relativa expansão, porém esse avanço brasileiro na segunda metade dos anos 2000 perpetuou as circunstâncias que vulnerabilizam a economia, germinando as vicissitudes econômicas, sociais e políticas da fase seguinte (SILVEIRA, 2017, p. 96 - 107). A política econômica adotada no governo brasileiro nesta primeira década, pautada em um arco de alianças, aprofundou o caráter dependente do país, além de não enfrentar suas contradições sociais estruturais e constituiu-se refém das oscilações econômicas por que passam os países de capitalismo centrais (SILVEIRA,

2017, p. 96 -107). Quando esses países começam a vivenciar um momento de contração após 2010, impactam o ciclo expansivo econômico brasileiro, extremamente dependente das demandas do exterior. A partir do final de 2014, essa desaceleração se torna uma depressão econômica, com taxas de crescimento negativas cada vez mais acentuadas, com atenuações quase insignificantes, mesmo neste primeiro semestre de 2019 não há nenhum indício de saída desse quadro.

Como resposta à essa conjuntura o governo brasileiro em 2015 aprova as MPs n° 664 (BRASIL, 2015) e n° 665 (BRASIL, 2015) (30 dez. 2014), convertidas em lei em 2015 (leis n° 13.134, de 14 jun. 2015 (BRASIL, 2015), e n° 13.135, de 17 jun. 2015 (BRASIL,2015), cujo objetivo foi aumentar a rigidez para acesso de alguns benefícios previdenciários. (SIQUEIRA, 2018)

Também, a partir de 2014, segue-se um conjunto de decretos que buscam o contingenciamento orçamentário para garantir o superávit primário (até jul. de 2015, o corte foi de R\$ 80 bilhões nas despesas sociais, através do Decreto 8.496, de 30 jul. 2015 (BRASIL, 2015), e do Decreto 8.456, de 22 mai. 2015 (BRASIL apud. SIQUEIRA 2018).

Naquele momento, houve ainda o aumento da previsão do gasto com o serviço da dívida pública, que alcançou R\$ 1,3 trilhões, para 2015. Ainda o aumento da taxa de juros, a Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) (que subiu de 11,65% para 14,25% em set. 2015), demonstrando a disposição do governo em aumentar a remuneração do capital financeiro em meio à contenção de recursos. A publicação da MP n° 680 de 6 jul. 2015 (BRASIL, 2015), convertida na Lei n° 13.189, de 19 nov. 2015 (BRASIL, 2015) que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego, permitindo às empresas com dificuldades econômico-financeiras a redução temporária da jornada de trabalho dos empregados, com a redução proporcional do salário (compensada parcialmente pelo próprio governo através dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). Outra política adotada conhecida como Ponte para o Futuro (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO apud SIQUEIRA, 2018) trouxe uma agenda de reformas que pautavam questões como a quebra do reajuste automático de preços e salários de acordo com a inflação, a desvinculação orçamentária, especialmente das despesas com educação e saúde, e redução do gasto público, privatizações, reforma trabalhista e previdenciária, essa ainda em pauta de discussão. Pautas de destruição de direitos da classe trabalhadora e de interesses sociais são explicitados no congelamento por vinte anos que aponta para uma forte redução da receita corrente líquida, até 2036, para a Educação (de 18% para 11,3%) e Saúde (de 15% para 9,3%) por meio da EC n° 95/2016 (BRASIL apud SIQUEIRA, 2018).

Todo esse cenário compõe o quadro de tensões que está se afluando no cotidiano da vida social. Processos de atendimento precário à população usuária das políticas sociais vêm se acentuando, a ausência de serviços que deem conta das demandas sociais, insuficiência de servidores para o atendimento, além de precárias condições de trabalho na execução das políticas sociais vêm se intensificando. Com todas estas tensões, começam a aflorar outras formas de resistência e controle social por parte da população a respeito dos serviços que lhe são ofertados. A participação nas instâncias de controle sociais, como fóruns, conselhos de políticas e conferências já não são suficientes para o enfrentamento desse cenário, ainda mais em um contexto de estratégias verticalizadas por parte do Estado, onde impera a ausência de participação da população e dos trabalhadores das políticas sociais. A defesa destes espaços democráticos deve ser radical por parte do Serviço Social balizado pelo projeto ético político construído pela profissão nestes últimos 40 anos, porém a articulação com outros atores e segmentos que coadunam com os princípios ético políticos da profissão também é fundamental no enfrentamento e resistência neste cenário.

O PAPEL DOS COLETIVOS SOCIAIS NESTA CONJUNTURA E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL.

Novas formas de mobilização da sociedade civil conhecidas como coletivos vem pautando discussões sobre gênero, raça, orientação sexual, geração de renda, controle social de políticas públicas e outros. Alguns, inclusive, compoem o circuito acadêmico de diversas universidades, onde muitas vezes são construídos de forma interdisciplinar. A atuação em redes sociais virtuais é uma das marcas mais presentes desses coletivos, que promovem debates também no meio virtual. Em geral as pautas têm como objetivo o empoderamento, conscientização e politização de sujeitos por conta das desigualdades sociais. Portanto, trata-se de uma militância com forte presença no meio universitário e comunitário que acompanha, reforça e é alimentada pelos debates acadêmico e políticos.

Os coletivos possuem aspectos distintos dos movimentos sociais tradicionais. As características que mais o demarcam pode ser a não institucionalização, diferentes dos partidos políticos, sindicatos, que com o desenvolvimento do processo histórico foram incorporando cada vez mais dispositivos formais à sua estrutura, inclusive, pelo segmento estatal. Porém, vale ressaltar que a ideia de uma estrutura não institucionalizada não pode ser generalizada, modificando-se conforme os objetivos dos coletivos, assim como uma estrutura horizontalizada. Para Rebecca L. Bordt os coletivos possuem os seguintes aspectos:

(a) a autoridade não é uma, mas distribuída entre todos os membros; (b) a liderança é rotativa e temporária, facilitando o ingresso de cada um dos sujeitos integrantes nesse posto; (c) a tomada das decisões é essencialmente participativa; (d) a divisão do trabalho é mínima; (e) informações, recursos e recompensas são distribuídos igualmente; (f) o poder é visto mais como uma forma de emponderamento do que de dominação; (g) os processos de organização são tão valiosos quanto os resultados; (h) as relações sociais são baseadas em ideias pessoais, comunitárias e holísticas (BORDT, 1990, apud. PEREZ, FILHO, 2017.p.255-257).

Em um período de crescente precarização das políticas públicas, precarização do mundo do trabalho e ideais explicitamente reacionários por parte de diversos segmentos da sociedade, a articulação junto a esses atores de luta social é fundamental. Vale destacar que a discussão não deve se pautar na substituição dos movimentos sociais pelos coletivos sociais, mas sim para que este possa preencher ainda mais o arsenal de resistência e promoção de uma sociedade mais igualitária.

A articulação da população usuária do Serviço Social junto aos movimentos sociais já é uma realidade no processo de trabalho há mais de quarenta anos, assim como em instâncias de controle social das políticas sociais e também de defesa de direitos em vários segmentos como a luta contra o racismo, defesa de direito das mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, dentre outros. Portanto, existe uma expertise por parte da profissão em articular a população na defesa de seus direitos e com os coletivos a experiência não deve ser diferente.

Isso não quer dizer que a articulação do Serviço Social com os coletivos seja um processo tranquilo e simples. Envolve desafios por uma série de razões, dentre elas: ser uma forma de organização muito recente no Brasil; desconfiança por parte dos(as) Assistentes Sociais devido a uma organização mais orgânica e horizontal dos coletivos; incompatibilidade com os princípios que norteiam a direção ético e política da profissão e os princípios dos coletivos; preponderância de grupos de jovens nas iniciativas dos coletivos; focalização em uma bandeira de luta e dificuldade na pauta de lutas de classe. Porém, esses novos atores coletivos cada vez mais vêm ocupando espaços de ações diretas junto à população em diversos segmentos, como defesa de direitos das mulheres e crianças, por exemplo, meio ambiente com ações de politização, divulgação de metodologias sustentáveis e de preservação, assim como na área cultura, visando a promoção de uma concepção mais crítica e democrática da realidade, com atividades ofertadas diretamente a promoção como teatros, saraus, documentários, etc.

No município de Ribeirão Preto/SP, é cada vez mais evidente a presença de coletivos sociais de diversas áreas que pautam temáticas e ações que compactuam com os princípios éticos políticos do Serviço Social. Como exemplo há o **Coletivo Fuligem de Comunicação e Arte**, que é um dos mais de 100 coletivos do Circuito

Fora do Eixo, uma rede de trabalho colaborativo voltado para a Cultura e Sociedade; **Coletivo Feminista Capitu**, que visa compreender, debater e interferir na cultura de opressão à mulher em ambientes sociais e se traduz em prejuízos diretos para a mulher em seu cotidiano; **Coletivo Desconstrua** que busca promover debates e discussões de forma plural, democrática e coletiva em áreas como racismo, defesa da diversidade sexual e de gênero, feminismo, também divulga trabalhos científicos e profissionais construídos de forma coletiva que pactuem com os princípios do coletivo; **Sarau CombAtivas** que nasceu da ideia de unir feminismo com expressões diversas de arte e cultura; **Murutucu**, um coletivo que tem o objetivo de divulgar e trazer a pesquisa acadêmica para além dos muros da universidade, contribuindo para que alcance a população e para que a pesquisa seja valorizada; **Cole Tivo** tem por objetivo promover e divulgar a produção sustentável; **Coletivo Abayomi** é uma organização negra surgida em Ribeirão Preto/SP tem como objetivo lutar contra o racismo. Todas as informações dos coletivos foram retiradas dos seus próprios sites e páginas em redes sociais. Além desses, há vários outros coletivos nas mesmas áreas dos que aqui foram apresentadas, porém, tanto em nível municipal quanto estadual e até nacional, ainda não é possível definir quantitativamente o número de coletivos existentes, ainda mais que na presente conjuntura, com a agudização da questão social, a todo momento novos atores se organizam e formam novos coletivos e ainda a o fator de organicidade deste tipo de estrutura política.

Para a população atendida pelo Serviço Social, a articulação junto a esses coletivos se torna uma ferramenta fundamental no enfrentamento das expressões da questão social, além de serem grandes aliados no processo de defesa de direitos e fomentação de novas políticas públicas que atendam os interesses da população usuária. A articulação da população usuária dos serviços é um passo interessante no processo de emancipação humana por meio das relações com estes atores sociais, além de contribuir para que os sujeitos dos atendimentos dos(as) Assistentes Sociais possam superar a imediatividade do seu cotidiano e construir estratégias coletivas que deem condições para a transformação da sua realidade social.

Deve-se ter a clareza de que em nenhum momento se propõe por meio das estratégias de ações do Serviço Social a substituição das políticas públicas pelo trabalho desenvolvido pelos coletivos sociais, mas que eles podem ser um grande aliado na materialização do projeto ético político no exercício profissional, quando estes coletivos têm um projeto político societário que possam pactuar com princípios de defesa da liberdade, democracia, direitos humanos, equidade, justiça social, eliminação de ações discriminatórias, preconceituosas, autoritárias e de promoção da cidadania.

REFERENCIAIS

- ABAYOMI. **Coletivo Abayomi**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ColetivoAbayomi>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- CAPITU. **Coletivo Feminista Capitu**. [s.d.]. Disponível em <<https://www.facebook.com/coletivocapitu>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- COLE TIVO. **Cole Tivo**. [s.d.]. Disponível em<<https://www.facebook.com/cole.cura.94>> Acesso em: 23 de junho de 2019.
- COMBATIVAS. **Sarau das Comb Ativas**. [s.d.]. Disponível em <<https://www.facebook.com/saraudascombAtivas/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DESCONSTRUA. **Coletivo desconstrua**. [s.d.]. Disponível em <<https://www.facebook.com/ColetivoDesconstrua/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- FULIGEM. **Coletivo Fuligem de Comunicação e Arte**. [s.d.]. Disponível em <<http://coletivofuligem.com.br/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5. ed., São Paulo: Cortez 2011.
- MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Rev. Direito e Práxis**., Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, 2018, p. 46-69.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 81. p. 179-207. 2008.
- MURUTUCU. **Coletivo Murutucu**. [s.d.]. Disponível em <<https://www.facebook.com/murutucu/>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.
- PEREZ, Olívia Cristina. FILHO, Alberto L. A. S. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, vol. 11, nº 1. p.255-294. 2017.
- SIQUEIRA, Adilson Aquino. Crise econômica, lutas de classe e Serviço Social no Brasil. **Revista Katálisys**. Florianópolis, vol. 21, n. 1. 2018, p. 96-107. 2018.